



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Gabriella Moreira Campos

**Análise da Sustentabilidade do Município de Sousa-PB a partir do desempenho dos
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

Trabalho de Conclusão submetido ao Programa de Pós-Graduação *Lacto Sensu* da Universidade Federal de Campina Grande, como parte dos requisitos para obtenção do título de especialista em Administração Pública Municipal.

Orientador (a): Prof. Dra. Rubenia de Oliveira Costa

Área de concentração: Gestão Ambiental Municipal

**SOUSA – PB
2023**

C198a

Campos, Gabriella Moreira.

Análise da sustentabilidade do município de Sousa-PB a partir do desempenho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) / Gabriella Moreira Campos. – Sousa, 2023.

18 f. : il. color.

Artigo (Especialização em Administração Pública Municipal) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2023.

"Orientação: Profa. Dra. Rubenia de Oliveira Costa".

Referências.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Cidades Sustentáveis. 3. Índice de Sustentabilidade. 4. Políticas Públicas. 5. Gestão Ambiental Municipal. 6. Administração Pública Municipal. I. Costa, Rubenia de Oliveira. II. Título.

CDU 502.131.1(043)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA SEVERINA SUELI DA SILVA OLIVEIRA CRB-15/225

Análise da Sustentabilidade do Município de Sousa-PB a partir do desempenho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

RESUMO

Com o desenvolvimento urbano e industrial das cidades, bem como o avanço demográfico, medidas de mitigação precisaram ser avaliadas para conter o desequilíbrio entre a preservação e exploração dos recursos naturais. Assim, a Agenda 2030 constituiu um plano de ações com medidas para alcançar 17 ODS, os quais desempenham um papel importante para a liderança dos governos locais, proporcionando, a partir do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), avaliar a situação local dos municípios, identificando as necessidades e recursos. Dessa forma, este trabalho teve como objetivo analisar o IDSC do município de Sousa, no estado da Paraíba, destacando os ODS atingidos e aqueles que apresentam desafios a serem alcançados, bem como sugerir políticas públicas para serem implementadas com intuito de reduzir essas adversidades. A pesquisa é descritiva exploratória, documental e quantitativa, trabalhada com base nos dados coletados do IDSC-BR em parceria com *Sustainable Development Solution Network* (SDSN) entre os anos de 2010 a 2020. Como resultado observado, o nível de desenvolvimento sustentável do cenário de estudo encontra-se baixo, e sua posição quanto à classificação dentro do estado da Paraíba, comparada com cidades vizinhas, é bem insatisfatório. Dos 17 ODS, apenas o ODS Indústria, Inovação e Infraestrutura foi atingido, enquanto todos os outros apresentaram alguns desafios para atingir o limiar adequado. Portanto, o município não apresentou resultados favoráveis, demonstrando dificuldade na aplicação de suas políticas públicas. Dadas as limitações do trabalho, a ausência de dados atualizados sobre programas e projetos com características dos ODS foi a mais relevante.

Palavras-chave: Cidades Sustentáveis; Índice de Sustentabilidade; Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Por efeito do crescimento econômico e da exigência por melhores condições de vida, impactos de diferentes ordens (social, cultural, econômico e ambiental) começaram a surgir com mais frequência, devido à ocupação de maiores áreas, tanto nas zonas rurais quanto urbanas (HOFFMANN; DE OLIVEIRA, 2018). Todavia, as cidades acabam sendo os lugares mais vulneráveis para esses impactos, uma vez que concentram grande parte desses problemas (PROENÇA JUNIOR E DUENHAS, 2020).

Nesse contexto, à medida que crescem os centros urbanos e sua população, cresce também a necessidade de equilibrar a exploração dos recursos naturais e o desenvolvimento desses ambientes. Por consequência, no ano de 2015, líderes mundiais e representantes da sociedade civil resolveram criar a Agenda 2030.

A Agenda 2030 constitui um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, contendo 17 ODS e 169 metas universais construídas com base nos ODM (ONU, 2015). Tão quanto os governos municipais desempenham importante papel de liderança no alcance dos ODS, avaliando a situação local, pontuando as necessidades e recursos, integrando parcerias com as partes interessadas e empreendendo políticas e projetos adequados às suas realidades (SATTERTHWAITE, 2017; MASUDA *et al.*, 2022).

Isto posto, foi desenvolvido o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR), uma ferramenta de controle dos eixos e monitoramento dos indicadores (ICS, 2021) com o objetivo de auxiliar no manejo das informações sobre o cumprimento das metas, e consequentemente, análise dos dados (WISSMANN e BACKES, 2022).

Criado a partir de uma iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), o IDSC-BR visa estabelecer os ODS como ferramenta útil e efetiva para a gestão pública e a ação política nos municípios brasileiros, orientando ações políticas aos gestores municipais, buscando estabelecer referências e metas com base em indicadores e facilitar o monitoramento dos ODS em nível local (ICS, 2021).

Com isso, a partir da visão geral e integrada das cidades brasileiras, o IDSC-BR exerce as funções de auxiliar os municípios a medirem seus desempenhos conforme os objetivos da ONU, assim como permitir diferentes observações que ultrapassam os limites municipais (ICS & SDSN, 2021).

Alguns autores (SANTOS *et al.*, 2020; SEIDLER; ANDREATTA; FERREIRA, 2021) destacam a importância de mensurar a sustentabilidade das cidades a partir de indicadores de desenvolvimento sustentável. Segundo SANTOS *et al.* (2020), esses indicadores são ferramentas úteis capazes de expor a realidade, além de serem vantajosos para planejar e monitorar políticas públicas que influenciem positivamente o desenvolvimento sustentável a nível municipal.

O município de Sousa, popularmente conhecida como “cidade dos dinossauros” devido ao Monumento Natural Vale dos Dinossauros, uma Unidade de Conservação (UC) com aproximadamente 40 hectares, é considerado um importante polo econômico e cultural da região sertaneja do estado da Paraíba, concentrando sua economia no comércio, agricultura e pecuária (ARRUDA, 2023).

Em virtude da importância do tema levantado, o objetivo geral deste trabalho é analisar o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades do município de Sousa, localizado no estado da Paraíba, destacando os ODS atingidos e aqueles que apresentam desafios a serem alcançados, bem como sugerir políticas públicas para serem implementadas com intuito de reduzir essas adversidades.

Como prévio conhecimento do conteúdo abordado, busca-se ainda destacar as cidades brasileiras com melhor índice de desenvolvimento sustentável, destacando a melhor e pior cidade analisada pelo IDSC-BR; evidenciar os níveis de desempenho dos estados da região Nordeste; e sugerir políticas públicas para serem elaboradas focadas nas políticas dos ODS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas

Alguns autores (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015; SANTOS; NAVES, 2017; CARNEIRO; GEREMIA; DE SOUZA, 2017) definem políticas públicas como programas, ações e atividades realizadas por atores políticos, em conjunto com a participação pública e/ou privada, em que se propõem assegurar o direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. São estabelecidas a partir das relações de poder entre grupos econômicos e políticos, bem como por classes sociais ou demais organizações, sendo o Estado responsável por operacionalizar normas e acordos políticos institucionais (MARINHO; MORETTI, 2013).

Com o propósito de proteger e conservar o ambiente, as políticas públicas abordam estratégias básicas para a administração dos recursos naturais, o controle da poluição industrial, o planejamento territorial e a gestão integrada de recursos (FERREIRA; SALES, 2016). Estas buscam garantir um ambiente equilibrado, permitindo suprir as necessidades da atual população, sem comprometer as demandas das futuras gerações (CARNEIRO; GEREMIA; DE SOUZA, 2017). Tal visão é garantida pela Constituição Federal (BRASIL, 1988, Art. 225), onde estabelece o direito de toda população a um ambiente equilibrado, sendo responsabilidade do poder público e da participação popular contribuir com ações para melhoria da qualidade de vida.

2.2 Objetivos De Desenvolvimento Sustentável

A Organização das Nações Unidas, por meio da Agenda 2030, criou metas que auxiliam a seguir os caminhos a serem percorridos e as medidas a serem tomadas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), orientando comportamentos nos três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental (SILVA, 2018, p.13).

Consistem em 17 ODS que estão interligados e, portanto, são igualmente importantes para os Estados membros alcançarem bons resultados para com o desenvolvimento humano (PRADHAN *et al.*, 2023), bem como aplicar ações rápidas em situações iminentes que vão desde a desigualdade ao crescimento econômico, ao mesmo tempo em que combatem as mudanças climáticas e preservam recursos hídricos e florestais até o ano de 2030 (IBRAHIM; ALOLA; FERREIRA, 2023).

Assim sendo alguns autores concordam que a proposta dos ODS fornece uma força unificadora que integra o objetivo da sustentabilidade no âmbito da governança, além de proporcionar, a partir das metas globais propostas, uma visão comum e um incentivo para mais assistência entre diferentes organizações, melhorando assim a coerência das políticas (BOGERS *et al.*, 2022).

2.3 Índice De Desenvolvimento Sustentável Das Cidades

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil é baseado em uma metodologia desenvolvida pela rede *Sustainable Development Solution Network* (SDSN), a qual é uma iniciativa da ONU com o intuito de mobilizar conhecimentos técnicos e científicos da academia, sociedade civil e setor privado cooperando com resultados nas esferas locais, nacionais e globais (ICS, 2021).

A avaliação é feita com 100 indicadores, com exceção para o indicador de emissões e percentual desflorestados, a partir de dados atualizados e publicados em fontes públicas e oficiais entre os anos de 2010 e 2020. E, dessa forma, possibilita apresentar uma avaliação abrangente da implementação dos ODS (**Figura 1**) nos 5.570 municípios brasileiros. Os indicadores são adaptados para as prioridades das cidades brasileiras, logo apresentam a

vantagem do aproveitamento dos dados locais, e a desvantagem de não poder ser utilizado para avaliação de outros países (ICS, 2021).

Figura 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

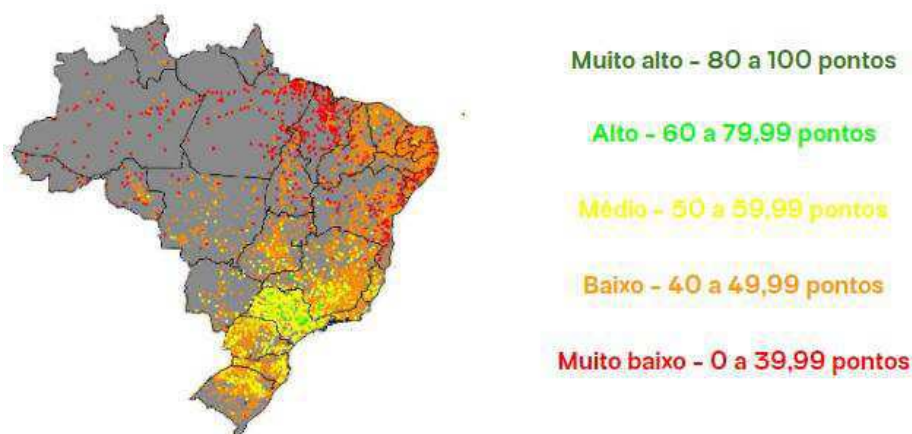


Fonte: Organização das Nações Unidas 2015

Os dados atualizados e publicados em fontes públicas e oficiais são provenientes de dados confiáveis do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), bem como do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SINCONFI), do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Ministério da Cidadania. Contudo, para o indicador de emissões e o percentual desflorestado da cidade não se fez uso de dados oficiais, estes foram baseados, respectivamente, no Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG Municípios) e calculado com base nas informações disponíveis do MapBiomass (ICS, 2021).

Quanto aos indicadores utilizados, vale salientar que todos os municípios recebem a aplicação para gerar pontuações e classificações comparáveis. A pontuação é estabelecida num intervalo de 0 a 100 e podem ser interpretados como a porcentagem do desempenho ótimo (**Figura 2**), logo a diferença entre a pontuação de um município e 100 será o intervalo em pontos percentuais que ele precisa superar para atingir o desempenho ótimo. (ICS, 2021).

Figura 2: Nível de Desenvolvimento do IDSC



Fonte: Adaptado de ICS & SDSN, 2021

Assim sendo, ao avaliar as áreas dos indicadores é possível associá-lo e agrupá-los por ODS, permitindo que se tenha uma pontuação específica por objetivo analisado e outra pontuação geral contemplando todos os 17 ODS estabelecidos pela ONU.

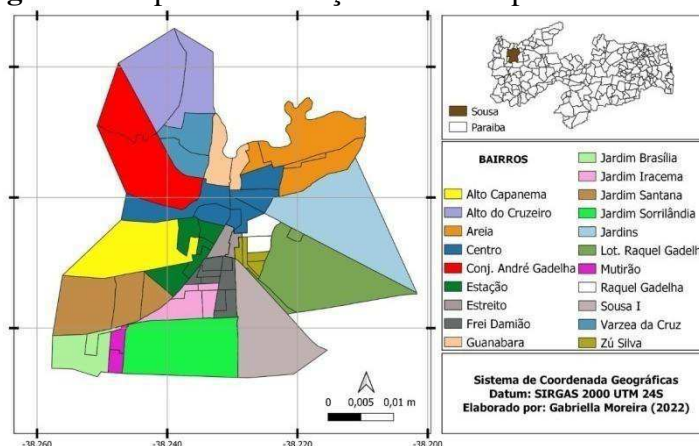
3 METODOLOGIA

3.1 Cenário de Estudo

A pesquisa foi conduzida no município da cidade de Sousa, pertencente ao Estado da Paraíba, com área de aproximadamente 730 Km² (IBGE, 2021a) e uma população estimada em 70.000 habitantes, sendo a sexta cidade mais populosa do estado (IBGE, 2021b). Localizada no Alto Sertão paraibano e inserida nas coordenadas 06°45'39" S e 38°13'51" O, Sousa encontra-se limitada ao norte pelos municípios de Veirópolis e Lastro, ao sul por Nazarezinho e São José da Lagoa Tapada, ao leste por Aparecida e oeste por São João do Rio do Peixe.

Com o intuito de obter melhor interpretação e organização das informações, foi elaborado um mapa de localização do cenário de estudo (**Figura 3**), realizando um georreferenciamento da divisão dos bairros mais relevantes da cidade com auxílio do *software* QGIS versão 3.26, e com isso conseguindo uma melhor visualização.

Figura 3: Mapa de localização do município de Sousa-PB



Fonte: Elaborado pelo (a) autor (a), 2022

A cidade ainda concentra três Instituições Públicas de Ensino Superior, sendo eles a Universidade Federal de Campina Grande, o Instituto Federal da Paraíba e a Universidade Estadual da Paraíba; além de fábricas de pequeno, médio e grande porte que são responsáveis por uma numerosa geração de empregos, bem como produtores rurais, sendo assim fontes relevantes para a economia do Estado.

3.2 Procedimentos metodológicos

Segundo Pereira *et al.* (2018, p. 27), a observação organizada de fatos, a realização de experiências, deduções lógicas e comprovação científica de resultados alcançados caracteriza o método científico. Ainda segundo os autores, o trabalho é sistemático enquanto busca respostas às questões estudadas, sendo assim o modo pelo qual deve seguir para levar à formulação de uma teoria científica.

Buscando uma melhor interpretação da pesquisa, este trabalho divide-se em três classificações: quanto à natureza, quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos.

Dessa forma, inicialmente, a pesquisa abordada é classificada quanto à natureza como uma pesquisa básica, em que segundo Prodanov (2013, p. 51), o objetivo deste tipo de pesquisa é gerar conhecimentos novos, necessários para o progresso da ciência sem aplicação prática prevista, envolvendo verdades e interesses universais.

Quanto aos objetivos a pesquisa é descritiva, aquela à qual o pesquisador está voltado para o registro e a descrição dos fatos observados, sem interferir, ou seja, sem a existência da manipulação dos dados obtidos. Esse tipo de pesquisa é comum para descobrir a frequência em que um fato ocorre, sua natureza, característica, causas, relações com outros fatores (PRODANOV, 2013, p. 52).

Nesse trabalho também cabe destacar a presença da pesquisa exploratória, a partir de estudos mais exploratórios com o intuito de aumentar o conhecimento do pesquisador sobre o fato estudado. Tal como é abordado por Oliveira (2011), o qual retrata que a pesquisa exploratória permite a formulação mais precisa da problemática estudada, proporciona a criação de novas hipóteses e a realização de novas pesquisas mais estruturada.

Em relação aos procedimentos, a pesquisa é de caráter documental e bibliográfico. Prodanov (2013, p. 55) destaca a pesquisa bibliográfica quando elaborada por material já publicado, podendo ser encontrado em livros, publicações em periódicos e artigos científicos, monografias, internet. Enquanto a pesquisa documental, diferente da pesquisa bibliográfica, não entrega tamanha precisão analítica no tratamento dos materiais, sendo estes mais diversificados e dispersos, tais como: relatórios, planilhas, documentos oficiais, revistas.

Já em relação à abordagem da pesquisa, classifica-se como uma pesquisa quantitativa, caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

Sendo assim, para a realização da pesquisa foi realizada inicialmente uma revisão de literatura, durante os meses de agosto a dezembro do ano de 2022, utilizando as plataformas de dados de pesquisas: Scielo e ScienceDirect. Ao decorrer da pesquisa foram utilizadas palavras-chave como “cidades sustentáveis”, “indicadores ambientais”, “índice de desenvolvimento”, “sustentabilidade”, bem como seus respectivos nomes em inglês.

Vale salientar que a base de dados do trabalho encontra-se exposta *on-line* no sítio eletrônico do IDSC – BR (<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>), em que os dados utilizados incluem a média dos ODS da cidade analisada, comparativos de cidades e seus respectivos índices de sustentabilidade. Outros endereços eletrônicos também foram utilizados para obter informações sobre políticas públicas no cenário de estudo, destaca-se o da Prefeitura Municipal de Sousa (<https://www.sousa.pb.gov.br/>).

Por fim, buscou priorizar periódicos científicos e técnicos específicos, nacionais e internacionais, com preferência para os mais atuais, embora tenha sido necessário incluir artigos menos recentes que apresentaram relevância para a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise Nacional

No Brasil, segundo o IDSC-BR (ICS & SDSN, 2021), 70% dos municípios resultaram em nível baixo ou muito baixo para o desenvolvimento sustentável a partir da avaliação de 100 indicadores. O município de São Caetano do Sul, localizado no estado de São Paulo, é considerado o mais sustentável dentre os 5.570 avaliados pelo IDSC-BR, obtendo uma pontuação de 65,62 pontos.

Ainda segundo o IDSC-BR (ICS & SDSN, 2021), analisando o desempenho por região, a região Norte é a que apresenta a pior pontuação com 39,62, seguida da região Nordeste com 42,21, região Centro-Oeste com 46,77, região Sul com 49,86 e a região Sudeste

com 51,92. Dentre as 100 cidades com maior pontuação, 83 estão situadas no estado de São Paulo. Enquanto as cidades de menor pontuação, 90 estão situadas na Amazônia Legal.

Na **Tabela 1** estão classificadas em ordem, de acordo com a pontuação geral, a qual mede o progresso total para o cumprimento dos 17 ODS, as cidades do Brasil com melhor e pior IDSC. A pontuação das cidades é realizada pela média aritmética simples por meio dos resultados obtidos dentre os 17 ODS. Esta pontuação é responsável por indicar o progresso total da cidade.

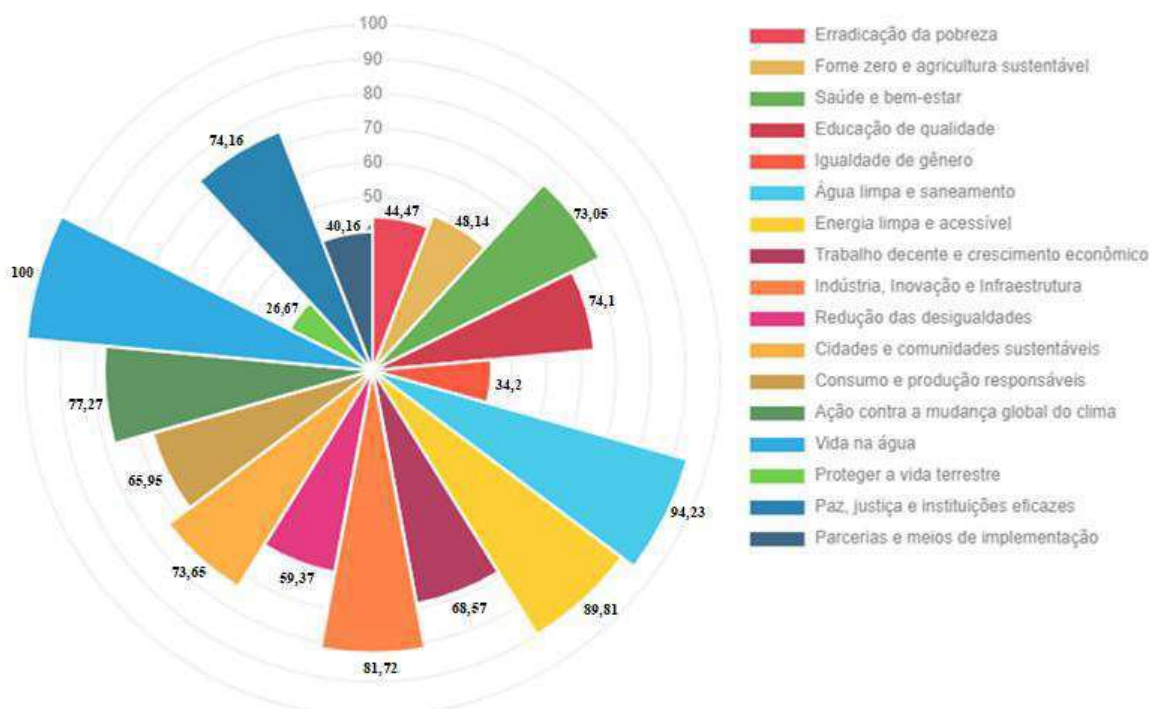
Tabela 1: As cidades brasileiras com melhor Índice de Desenvolvimento Sustentável

Nº	Cidade	Estado	Pontuação	Cidade	Estado	Pontuação
1	São Caetano do Sul	SP	65,62	Santana do Araguaia	PA	30,09
2	Jundiá	SP	65,44	Lábrea	AM	30,14
3	Valinhos	SP	65,16	Boca do Acre	AM	30,71
4	Saltinho	SP	64,51	Acará	PA	30,88
5	Taguaí	SP	64,35	Cachoeira do Piriá	PA	30,95
6	Vinhedo	SP	63,78	Floresta do Araguaia	PA	30,97
7	Cerquilha	SP	63,76	Nova Esperança do Piriá	PA	31,04
8	Sertãozinho	SP	63,64	Amarante do Maranhão	MA	31,09
9	Limeira	SP	63,53	Placas	PA	31,22
10	Borá	SP	63,45	Bom Jesus das Selvas	MA	31,36

Fonte: Adaptado de ICS & SDSN, 2021.

Abaixo, **Figuras 4 e 5**, está representado o radar de desempenho da cidade de São Caetano do Sul, onde seu melhor desempenho, segundo ICS & SDSN(2021), foi no ODS 14 alcançando pontuação máxima, e seu pior desempenho observado foi no ODS 15 alcançando uma pontuação de 26,67.

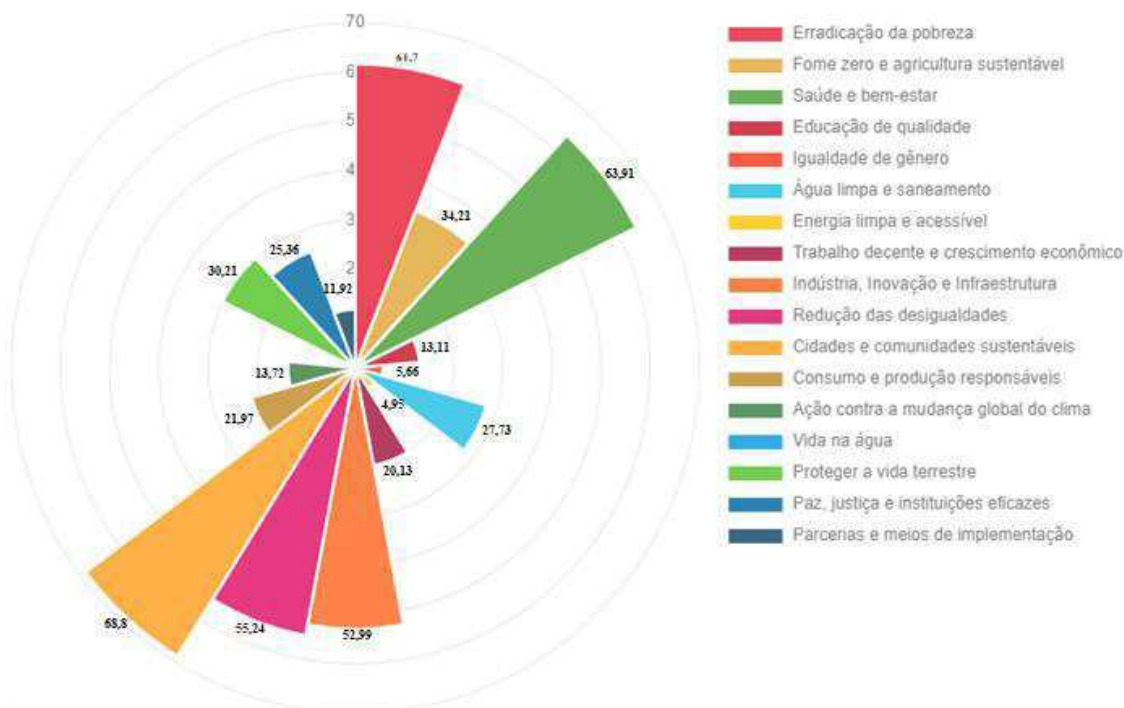
Figura 4: Radar de Desempenho da cidade de São Caetano do Sul– SP



Fonte: Adaptado de ICS & SDSN, 2021

Enquanto no radar da cidade de Santana do Araguaia-PA, foi alcançado seu melhor desempenho no ODS 11 com pontuação de 68,8 e o seu pior no ODS 7 com pontuação de 4,95.

Figura 5: Radar de Desempenho da cidade de Santana do Araguaia – PA



Fonte: Adaptado de ICS & SDSN, 2021

Com base nos dados expostos, observa-se uma desigualdade de desenvolvimento regional significativa. Em Lima *et al.* (2011) é mostrado que isso é possível em virtude do estado de São Paulo ser o estado com maior ritmo de desenvolvimento em relação aos outros estados, pois possui uma dinâmica econômica e social que permite continuar a desenvolver seus indicadores.

Análise da Região Nordeste

A Região Nordeste é composta por nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Com aproximadamente 58 milhões de habitantes, é a região que ocupa a segunda maior população dentre as demais regiões do Brasil (IBGE, 2018).

Conforme apresentado na **Tabela 2**, o estado do Ceará se destaca como o melhor desempenho de sustentabilidade em relação aos demais Estados com uma pontuação média de 46,42. Diferentemente do estado do Maranhão, o qual obteve o desempenho mais baixo com pontuação 38,24.

Tabela 2: Classificação média do desempenho dos estados da Região Nordeste

Nº	Estado	Cidades	Pontuação
1	Ceará	184	46,42
2	Paraíba	223	43,54
3	Rio Grande do Norte	167	43,24

4	Pernambuco	185	42,74
5	Bahia	417	42,69
6	Piauí	224	42,64
7	Sergipe	75	41,42
8	Alagoas	102	41,15
9	Maranhão	217	38,24

Fonte: Adaptado de ICS & SDSN, 2021.

Vale ressaltar que todos os estados dessa região apresentam nível baixo ou muito baixo de desenvolvimento sustentável. Em uma análise realizada por Castro *et al.* (2020), uma das possíveis causas da região não conseguir se desenvolver com maior relevância está diretamente ligada às vulnerabilidades de grupos de mulheres, pretos ou pardos, jovens e de grande parte da população com nenhuma ou pouca escolarização de qualidade.

Em um relatório divulgado pelo IBGE (2015), as regiões Norte e Nordeste, ao se avaliar as desigualdades de renda, apresentam os maiores percentuais de população vivendo abaixo da linha da pobreza, como exemplo tem: Maranhão com 52,4% da sua população, Amazônia com 49,2% e Alagoas com 47,4%.

A análise do perfil das rendas apresentada por Matos (2019), enquanto componente do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, evidencia exatamente a inferioridade de todos os estados da região Nordeste em relação à média nacional, com destaque para os estados de Alagoas e Maranhão que sempre ocuparam as piores classificações.

Análise de Sousa

Com aproximadamente 20 bairros distribuídos pela cidade e uma população estimada em 70.000 habitantes (IBGE, 2021b), Sousa apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,668, ocupando a posição 2.716 do ranking nacional (PNUD, 2013).

Como visto anteriormente, o estado da Paraíba, o qual a área de estudo está inserida, detém um índice médio geral de desempenho de 43,54 classificando este estado como nível baixo de desenvolvimento sustentável. Verificando a **Tabela 3**, a cidade com melhor desempenho nesse estado é a capital João Pessoa, seguida de Cajazeirinhas, Monteiro, São Sebastião do Umbuzeiro e Cajazeiras. A cidade de Sousa ocupa a classificação 160 dentre as 223 cidades avaliadas.

Tabela 3: Classificação média do desempenho das cidades do estado da Paraíba

Nº	Cidade	Pontuação	Habitantes (IBGE, 2018)
1	João Pessoa	54,53	825.796
2	Cajazeirinhas	51,31	3.217
3	Monteiro	51,02	33.638
4	São Sebastião do Umbuzeiro	50,99	3.534
5	Cajazeiras	50,25	62.576
160	Sousa	41,28	69.997

Fonte: Adaptado de ICS & SDSN, 2021

Em relação ao desenvolvimento sustentável do município, a partir da classificação geral do IDSC-BR, Sousa ocupa a posição 4.473 das 5.570 cidades avaliadas. A pontuação geral do município paraibano, segundo ICS & SDSN (2021) com base em dados recolhidos até 2019, é 41,28. Assim, a cidade apresenta um nível médio geral classificado como baixo para desenvolvimento sustentável.

A **Figura 7** expõe de forma geral, e o mais atualizado possível, os ODS que a cidade em estudo já alcançou, os quais encontram desafio para alcançar, quais apresentam desafios significativos ou enfrentam grandes desafios para atingir.

Figura 6: Avaliação atual dos 17 ODS na cidade de Sousa-PB



Fonte: Adaptado de ICS & SDSN, 2021

Dos 17 ODS, apenas o ODS nove (Indústria, Inovação e Infraestrutura) foi atingido. Esse ODS visa construir infraestrutura resiliente, promovendo a industrialização inclusiva e sustentável, estimulando a inovação. Os indicadores desse ODS estão divididos em: investimento público em infraestrutura por habitante e participação dos empregos em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia.

Quanto ao investimento público, o município conseguiu atingir um patamar muito maior que o considerado, com o valor de 2.536,36 sendo melhor que a referência estipulada (valor 10) pela ICS & SDSN (2021). Assim como o indicador de participação dos empregos em atividades em conhecimento e tecnologia, que também atingiu um valor superior (20,25) ao valor de referência (14,3).

Um fator que contribui significativamente para esse alcance é o desenvolvimento da economia municipal, visto que há uma forte presença de indústrias dos setores de laticínios e alimentícios, assim como o setor agrícola (ARRUDA, 2023). Para Guimarães (2011), esse desenvolvimento local atrelado às políticas públicas de geração de emprego e renda são agentes propulsores para esse avanço.

Carvalho (2017) descreve em sua pesquisa como Sousa conseguiu evoluir significativamente seu PIB em relação às cidades da microrregião. O município registrou o maior PIB, e registrou uma taxa de crescimento de aproximadamente 96% dentre os anos de 2002 e 2014, sendo o setor industrial com maior destaque em relação ao setor agropecuário e serviços.

O ODS sete (Energias Renováveis e Acessíveis) contempla os indicadores: domicílios com acesso à energia elétrica e vulnerabilidade energética. Com o objetivo de garantir energia com bom custo benefício, sustentável e renovável para a população, este objetivo apresenta desafios em relação a sua avaliação atual.

Embora apresente desafios, Sousa e região vêm recebendo melhorias contínuas nas redes de distribuição, reforçando a integração do sistema elétrico e aumentando sua qualidade (PARAÍBA TOTAL, 2021). Outro fator contribuinte para este ODS atingir seu objetivo são as políticas de incentivos que engloba todo o Estado da Paraíba, tal qual a Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar e Eólica no Estado da Paraíba, objetivando estimular investimentos e a implantação de sistemas fotovoltaicos e eólicos (PARAÍBA, 2020).

Dos 17 ODS, seis encontra-se em situação de “desafios significativos”: Fome zero e agricultura sustentável; Saúde e bem-estar; Trabalho decente e crescimento econômico; Cidades e comunidades sustentáveis; Ação contra a mudança global do clima; Parcerias e meios de implementação.

No **quadro 1** podem ser observados quais indicadores de cada ODS desta categoria atingiu seu limiar para serem classificados como: atingido; há desafios; há desafios significativos; e há grandes desafios.

Quadro 1: Patamar dos ODS que estão em situação de "grandes desafios"

Indicadores por ODS				
	Atingido	Há desafios	Há desafios significativos	Há grandes desafios
ODS 2		- Baixo peso ao nascer; - Desnutrição infantil; - Produtores de agricultura familiar com apoio do PRONAF.	- Obesidade infantil;	- Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica.
ODS 3	- Mortalidade infantil (criança < 1 ano); - Mortalidade materna; - Mortalidade na infância (crianças < 5 anos de idade); - Mortalidade neonatal (crianças entre zero e 27 dias); - Incidência de dengue; - População atendida por equipes de Saúde da Família; - Detecção de hepatite ABC.	- Mortalidade por suicídio; - Mortalidade por AIDS; - Pré-Natal insuficiente; - Unidades Básicas de Saúde; Esperança de vida ao nascer; - Gravidez na adolescência; - Incidência de tuberculose.	- Mortalidade por doenças crônicas não-transmissíveis; - Orçamento municipal para a saúde;	- Cobertura de vacinas;
ODS 8		- População ocupada entre 10 e 17 anos.	- Desemprego; - Desemprego de jovens; - Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham; - Ocupação das pessoas com 16 anos de idade ou mais.	- PIB per capita.
ODS 11	- Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora; - População residente em aglomerados subnormais; - Domicílios em favela.		- Mortes no trânsito.	- Equipamentos esportivos.
ODS 13	- Concentração de focos de calor.	- Emissões de CO ² e per capita; - Percentual do município desflorestado.	- Proporção de estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres naturais;	
ODS 17			- Investimento público;	

			- Total de receitas arrecadadas.	
--	--	--	----------------------------------	--

Fonte: Adaptado de ICS & SDSN, 2021

Ainda que seja visível a dificuldade de atingir o limiar dos Objetivos, o município conta com Conselhos de Políticas Públicas, os quais possuem uma lei instituidora e regulamento próprio com composição e atribuições definidas em Lei Complementar (SOUSA, 2005, Art. 171). Marques e Felix (2020) traçam de forma sintetizada em sua pesquisa os Conselhos Municipais, a respectiva Lei Instituidora, a composição e a atuação de cada Conselho que existe no município de Sousa.

Dentre os 22 Conselhos elencados pelas autoras, são abordados diferentes setores, tais como: educação, saúde, segurança pública, turismo, direito da mulher, segurança alimentar, participação e desenvolvimento da comunidade negra, preservação do patrimônio cultural, direito do idoso, tutelar da criança e do adolescente, desenvolvimento rural e sustentável, entre outros. Embora haja todos esses Conselhos supracitados, a fiscalização e atualização das ações dessas políticas ainda é o maior desafio para manter bons resultados no município.

Carvalho (2017) ainda destaca-se que existem ações de formação, qualificação e/ou capacitação profissional ligadas a órgãos do Sistema S, cita-se, o Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviço Social do Comércio (SESC).

De todas as categorias, o cenário de estudo desta pesquisa encontra-se majoritariamente com grandes desafios, nove destes estão com médias distantes do limiar médio para serem considerados atingidos. Todavia, ao comparar com cidades vizinhas, tais como Patos, Pombal e Cajazeiras, percebe-se que todos esses municípios apresentam também grandes desafios para os ODS: erradicar a pobreza; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; reduzir as desigualdades; produção e consumo sustentáveis; proteger a vida marinha; proteger a vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes.

Analisando o PIB *per capita*, indicador medido através da razão entre o PIB e número de habitantes, Sousa ocupa o décimo quinto lugar em um ranking estadual, ficando atrás de cidades como João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Cajazeiras (IBGE, 2020).

Quanto à defesa ao meio ambiente, o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, por meio da Secretaria da Agricultura é responsável por atuar nessa causa. Todavia não foram encontrados dados em fontes oficiais da Prefeitura contendo alguma informação sobre o supracitado Conselho.

Assim sendo, é importante reforçar a relevância da colaboração da participação de representantes de instituições universitárias que trabalham com políticas públicas em projetos de pesquisa e extensão em suas escolas/universidades, ONGs independentes voltadas à proteção de animais de rua, e a própria população, que mesmo com pouca atuação, contribui com pequenas ações para manter um ambiente menos poluído.

Logo, ao identificar as áreas e onde os desafios são mais significativos, cabe sugerir algumas políticas públicas que possam ser positivas para reduzir os desafios enfrentados. Para melhor compreensão, será abordado pela dimensão da área ao qual o desafio está incluso, tal como a dimensão ambiental, econômica e social.

Dessa forma, na dimensão ambiental para obter melhores resultados é interessante a inserção de programas de coleta seletiva na cidade, agregando o setor público, privado e pessoas com participação direta neste trabalho como catadores independentes e cooperativas; programas de redução de tarifas públicas para empresas que adotem medidas de mitigação de impactos negativos e alcancem limiares satisfatórios de sustentabilidade, tais como: redução no desperdício de água e no consumo de energia; planejamento urbano adequado para a

ampliação de novos bairros, preservando áreas verdes e projetos de arborização; projetos governamentais voltados para a educação ambiental, principalmente em escolas.

Em relação à dimensão econômica, pode-se citar a incorporação de programas de incentivo ao turismo na cidade, impulsionando a renda de profissionais independentes, e, conseqüentemente, gerando mais empregos diretos e indiretos; programas de redução tarifária para empresas que apresentem projetos de maiores oportunidades de trabalho para jovens.

No âmbito da dimensão social, os programas e planos de políticas são amplos, dado que envolve diferentes campos de atuação, tais como educação, cultura, saúde, previdência social, por exemplo. Logo, há inúmeras possibilidades de políticas públicas já existentes, mas é necessário observar sua eficácia e melhorar o que não funciona corretamente. Como sugestão de políticas sociais, cita-se o investimento no esporte em comunidade de baixa renda, proporcionando lazer e, conseqüentemente, desenvolvimento de crianças e jovens carentes; programas de apoio às mulheres em situação de vulnerabilidade emocional em virtude de violência, bem como abandono na maternidade; projetos de assistência aos desamparados e ébrios habituais, priorizando a recuperação de jovens de famílias baixa renda.

De modo geral, os projetos e programas devem estar integrados para alcançarem resultados relevantes, dado que a integração das políticas públicas gera benefícios mútuos aos diferentes setores envolvidos, pois ações desenvolvidas no âmbito ambiental, por exemplo, tem potencial para influenciar diretamente outro setor (GRANGEIRO; RIBEIRO; MIRANDA, 2020).

CONCLUSÃO

De fato, o desenvolvimento das cidades agregado à pressão exercida por suas populações em busca de uma melhor qualidade de vida acarretam danos relevantes ao meio ambiente, bem como provocam conseqüências significativas dessa acelerada ocupação humana. À vista disso, nota-se o quão importante é abordar políticas sustentáveis para o desenvolvimento desses locais, dado que é imprescindível que os governantes, empresários e a própria sociedade compreendam os benefícios de agir de forma correta pensando nas próximas gerações.

Diante das circunstâncias apresentadas é possível compreender algumas das principais dificuldades enfrentadas pela cidade estudada, as quais poderiam ser amenizadas a partir de políticas públicas bem elaboradas e aplicadas para cada necessidade encontrada naquele local.

Sousa atingiu apenas um, dos 17 ODS analisados, o que acaba sendo preocupante, dado que muitos dos que não foram atingidos encontram-se na categoria “grandes desafios”. O nível de sustentabilidade da cidade também não é satisfatório, sendo considerado um nível baixo para um município que possui uma das maiores populações do seu estado. Isso alerta para a dificuldade em aplicar políticas públicas eficazes para a região, abordando os objetivos propostos da Agenda 2030.

Na elaboração desta pesquisa, a principal dificuldade encontrada foi encontrar dados mais atualizados referentes aos ODS do cenário de estudo, o que permitiria maiores discussões. Dessa forma, sugere-se que em pesquisas futuras, a partir de uma visão mais aprofundada da cidade de Sousa, os ODS possam ser estudados, quanto às suas aplicações, por cada bairro da cidade, permitindo auxiliar em futuros projetos municipal e no desenvolvimento de melhores políticas públicas.

REFERÊNCIAS

AGUM, R; RISCADO, P; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**, São Carlos, SP, v. 3, n. 2, p. 12-42. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/328887366> Acesso em: 04 jul. 2020.

ARRUDA, Ítalo. **Riquezas da cidade de Sousa**. Editorial: A União. Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/riquezas-da-cidade-de-sousa

BOGERS, M.; BIERMANN, F.; KALFAGIANNI, A.; KIM, R. E.; TREEP, J.; G de Vos, M. The impact of the Sustainable Development Goals on a network of 276 international organizations. **Global Environmental Change**, v. 76, n. 102567. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2022.102567>

BOGERS, M.; BIERMANN, F.; KALFAGIANNI, A.; KIM, R. E.; TREEP, J.; G de Vos, M. The impact of the Sustainable Development Goals on a network of 276 international organizations. **Global Environmental Change**, v. 76, n. 102567. DOI:<https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2022.102567>

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

CARNEIRO, A. DE F.; GEREMIA, C. S.; DE SOUZA, J. A. Análise das políticas públicas ambientais municipais do centro sul de Rondônia. **Caderno de Administração**, Maringá, PR, v. 25, n. 1, p. 73-90, 2017. DOI: 10.4025/cadadm.v25i1.33552

CARVALHO, Maria Raquel Conceição. **MICRORREGIÃO DE SOUSA-PB: um estudo sobre as condições de geração de emprego e renda**. Orientador: Professora Doutora Rejane Gomes Carvalho. 2017. 82 f. Monografia (Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. 2017.

CASTRO, A. E.; ZWICKER, A. A. M.; KNEIPP, J. M.; LOBLER, M. L. Perspectiva estratégica da sustentabilidade nas universidades federais da região nordeste do Brasil: uma análise por meio do triple bottom line. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 228-256. Curitiba, 2020. ISSN: 2317-2363

FERREIRA, M. B. M; SALLES, A. O. T. Política ambiental brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. **Revista de Economia**, Curitiba, PR, v. 42, n. 2, 2016. DOI: 10.5380/re.v42i2.54001

GRANGEIRO, E. L. A.; RIBEIRO, M. M. R.; MIRANDA, L. I. B. Integração de políticas públicas no Brasil: o caso dos setores de recursos hídricos, urbano e saneamento. **Cad. Metropole**, São Paulo, SP, v. 22, n. 48, PP. 417-434, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4804>

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Iniciativas para a promoção de emprego e renda: políticas públicas, economia solidária e desenvolvimento local. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 313-338, 2011. ISSN 1980-2668.

HOFFMANN, T. C. P.; DE OLIVEIRA, F. A. Influência do uso da terra em áreas rurais e urbanas na produção e transporte de sedimentos em suspensão e turbidez na bacia do rio Capivari, Lapa-pr. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, Brasília, DF, v. 19, n. 4, 2018. DOI: 10.20502/rbg.v19i4.1340

IBRAHIM, M. D.; ALOLA, A.A; FERREIRA, D. C. Assessing sustainable development goals attainment through energy-environmental efficiency: The case of Latin American and Caribbean countries. **Sustainable Energy Technologies and Assessments**, n. 103219, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.seta.2023.103219>

ICS – INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Metodologia Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil**. 2021. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>

ICS & SDSN. **O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR)**. Instituto Cidades Sustentáveis & Sustainable Development Solutions Network: São Paulo & Paris. 2021. Disponível em: <https://www.sustainabledevelopment.report/reports/indice-de-desenvolvimento-sustentavel-das-cidades-brasil/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área Territorial Brasileira 2020**. Rio de Janeiro, RJ, 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/sousa.html>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Diretoria de Pesquisas – DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS**. 2021b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sousa/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&indicador=47001&ano=2020>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação**. IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2015, 137 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica). ISBN 1516-3296

LIMA, J. F.; ALVES, L. R.; EBERHARDT, P. H. C.; DEL BIANCO, T. S. Mensurar as Desigualdades Regionais no Brasil: Proposta Metodológica. *In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*, 5., 2011, Rio Grande do Sul. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2011.

MARINHO, V. L. F; MORETTI, E. C. Os caminhos das águas: As políticas públicas ambientais e criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas. **Geosul**, Florianópolis, SC, v. 28, n. 55, p. 123-142, 2013. DOI: 10.5007/2177-5230.2013v28n55p123

MARQUES, J. F. S.; FELIX, R. A. S. Instrumentos de participação popular informais: uma análise dos conselhos de políticas públicas no município de Sousa- PB. *In: RIBEIRO, A. T. (org). Comunicação, Política e Atores Coletivos*. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. p. 202-220.

MATOS, G. A. S. Panorama Socioeconômico do Nordeste: Evolução e Perspectivas. **Revista BNB Conjuntura Econômica**. p. 91-110. 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/etene/conjuntura-economica/edicao-especial-15-anos>

MUSUDA, H; KAWAKUBO, S; OKITASARI, M; MORITA, K. Exploring the role of local governments as intermediaries to facilitate partnerships for the Sustainable Development Goals. **Sustainable Cities and Society**, v. 82, n. 103883, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.scs.2022.103883>

OLIVEIRA, MAXWELL FERREIRA DE. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Manual (pós-graduação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, GO, 2011.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Sustainable Development Goals**. Washington: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>

PARAÍBA TOTAL. **Energisa eleva disponibilidade de energia para Sousa e região com linha de alta tensão**. 2021. Disponível em: <https://www.paraibatotal.com.br/2021/04/13/06523-energisa-eleva-disponibilidade-de-energia-para-sousa-e-regiao-com-linha-de-alta-tensao/>

PARAÍBA. **Potencial energético e políticas de incentivos atraem empreendimentos para o Estado**. Governo da Paraíba. 2020. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/potencial-energetico-e-politicas-de-incentivos-atraem-empreendimentos-para-o-estado#wrapper>

PEREIRA, Adriana Soares *et al.* **Metodologia da Pesquisa Científica**. [1. ed. UAB/NTE/UFSM]. Santa Maria, RS: UFSM, 2018. 119 p. ISBN 978-85-8341-204-5. *E-book*.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **IDHM municípios 2010**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-munic%C3%ADpios-2010>

PRADHAN, B. K.; YADAV, S.; GHOSH, J.; PRASHAD, A. Achieving the Sustainable Development Goals (SDGs) in the Indian State of Odisha: Challenges and Opportunities. **World Delopment Sustainability**, n. 100078, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wds.2023.100078>

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013

PROENÇA JUNIOR, M.; DUENHAS, R. A. Cidades inteligentes e cidades sustentáveis: convergência de ações ou mera publicidade? **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, PR, v. 9, n. 2, p. 317-328, 2020.

SANTOS, M. A. S.; REBELLO, F. K.; LOPES, M. L. B.; DE SOUZA, C. C. F.; MARTIN, C. M. Sustentabilidade no Arquipélago do Marajó: uma avaliação a partir do índice de desenvolvimento sustentável para municípios (IDSM). **HOLOS**, v. 7, e8146, 2020. DOI: [10.15628/holos.2020.8146](https://doi.org/10.15628/holos.2020.8146)

SANTOS, V. de O.; NAVES, J. G. de P. Políticas públicas ambientais no contexto dos comitês de bacias hidrográficas. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, MG, v. 18, n. 64, p. 403-412, 2017. ISSN 1678-6343 Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/40950> Acesso em: 06 jul. 2020.

SATTERTHWAITE, D. Successful, safe and sustainable cities: towards a New Urban Agenda. **Commonwealth Journal of Local Governance**, v. 19, n. 3, 2017. DOI: 10.5130/cjlg.v0i19.5446

SEIDLER, E. P.; ANDREATTA, T.; FERREIRA, R. L. Índice de desenvolvimento sustentável para municípios: um estudo sobre o nível de sustentabilidade de Passo Fundo-RS. **Revestimento Desenvolvimento Socioeconômico em Debate – RDSD**, v. 7, n. 1, p. 118-138, 2021.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. Coordenador. **Agenda 2030: ODS-Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8855/1/Agenda_2030_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf

SOUSA. **Lei Orgânica Municipal de Sousa, de 05 de abril de 1990**. Estabelece a Lei Orgânica do Município de Sousa. Sousa. PB: Câmara Municipal, [2005]. Disponível em: <https://sousa.pb.gov.br/uploads/files/leiorrganicas-sousa.pdf>

WISSMANN, M. A.; BACKES, G. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades: Um Estudo com Base na Realidade Brasileira. **Revista Científica Acertte**, v. 2, n. 9, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47820/acertte.v2i9.91>